

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026

CONTRATANTE (UASG) 102127 - MP

OBJETO

Solução integrada de audiovisual para o auditório do Museu Paulista

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.358.884,34

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 15/06/2026

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

09h00

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não

Link:

<http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp>



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 – MP

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO	12
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	14
8. DOS RECURSOS	17
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	18
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	20
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	20



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 – MP

MUSEU PAULISTA

Processo SEI nº 154.00007410/2026-93

Torna-se público que a Universidade de São Paulo, por meio **do Museu Paulista**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é **a execução de solução integrada de audiovisual para o auditório do Museu Paulista** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em **ÚNICO ITEM**.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
 - 2.1.1. Os interessados, para efeitos de habilitação prevista na [Instrução Normativa nº 03/2018](#), mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Não poderão disputar esta licitação:
 - 2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).
 - 2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.
 - 2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente,



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 – MP

controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.

- 2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
 - 2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
 - 2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
 - 2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
 - 2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante.
 - 2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
 - 2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.6. Será permitida a participação de:
- 2.6.1. cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 2.6.1.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.
 - 2.6.2. pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 2.6.2.1. Fica vedada a participação de empresa consorciada, na presente licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do artigo 15, inciso IV, da Lei federal nº 14.133/2021.
- 2.7. O impedimento de que trata o subitem 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 – MP

planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

- 2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea.
- 2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.13.1 deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
 - 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
 - 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).
 - 3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).
 - 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 – MP

- 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
 - 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:
 - 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 – MP

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 4.1.1. Valor unitário e total do item.
 - 4.1.2. Marca.
 - 4.1.3. Fabricante, quando aplicável.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
 - 4.7.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
 - 4.7.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
 - 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
 - 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 – MP

4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item anterior.

- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário** do item
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 0,50 % (meio por cento)**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 – MP

- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 – MP

- 5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar no sistema.
- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores,



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 – MP

será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.

5.21.2.2. empresas brasileiras.

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação, se houver, será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, observando, inclusive, as disposições do item 6.12. do edital.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 – MP

5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF.

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>).

6.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

6.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

6.2. A consulta ao cadastro especificado no subitem 6.1.4. será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 3.6 deste edital.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 – MP

- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.7. Será desclassificada a melhor proposta que:
- 6.7.1. conter vícios insanáveis.
 - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.
 - 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.
 - 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
 - 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta de preços; e
 - 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
 - 6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 – MP

- 6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
 - 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
 - 7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste Edital e no termo de Referência, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 – MP

- 7.5.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico ([§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018](#)).
- 7.5.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ([§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018](#)).
- 7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 7.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo e-mail **gestaoinfra@usp.br**, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 7.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 7.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 7.11.2. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.11.3. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, no caso de centralização do recolhimento dessas contribuições.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 – MP

- 7.11.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 7.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 7.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **NO MÍNIMO, DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 7.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.
- 7.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 – MP

- 7.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 7.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
 - 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
 - 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos.**
 - 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados **mediante solicitação formal via e-mail: licitacoesmp@usp.br.**



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 – MP

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Observadas as disposições da [Resolução USP nº 8548/2023](#), que integra este Edital, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>, comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa, praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), em especial:
- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.
 - 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.
 - 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.
 - 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra.
 - 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
 - 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
 - 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
 - 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
 - 9.1.5. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
 - 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
 - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.
 - 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
 - 9.1.6.4. apresentar declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances.
 - 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
 - 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da extinção do instrumento contratual:
- 9.2.1. Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 – MP

- 9.2.2. Multa calculada em percentual de 2% a 30% sobre o valor respectivo indicado nos artigos 4º, 8º e 9º, da Resolução USP nº 8548/2023, conforme o caso, observadas as demais disposições da mencionada normativa.
- 9.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e
- 9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial, observadas as disposições do art. 26, alínea “b” – [Resolução USP nº 8548/2023](#).
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa ([art. 156, §7º](#)).
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#)).
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 – MP

para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ([art. 156, §9º](#)).

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: **licitacoesmp@usp.br**.
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 – MP

- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos: <https://museudoipiranga.org.br/transparencia> e <https://portalservicos.usp.br/contratacoes>.
- 11.11. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 11.12.1. ANEXO I - Termo de Referência
 - 11.12.2. ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial
 - 11.12.3. ANEXO III – Modelo de Termo de Contrato
 - 11.12.4. ANEXO IV – Orientações sobre a retenção de imposto de renda
 - 11.12.5. ANEXO V – Termo de Ciência e Notificação

São Paulo, na data da assinatura eletrônica (ao final do documento).

Prof. Dr. Paulo César Garcez Marins
Diretor do Museu Paulista

ANEXOS



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO

MUSEU PAULISTA

Processo SEI nº 154.00007410/2026-93

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de **solução integrada de audiovisual para o auditório do Museu Paulista**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT-SER	UNIDA-DE DE MEDIDA	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Fornecimento e instalação de solução integrada de áudio, vídeo, rede, iluminação cênica e infraestrutura aparente de elétrica e dados para reforma conceitual e tecnológica do auditório do Museu Paulista. A solução integrada deverá atender a todas as especificações técnicas, ao cronograma físico-financeiro e demais informações detalhadas nos subanexos I, II e III deste Termo de Referência.	13757	unidade	01	R\$ 1.358.884,34	R\$ 1.358.884,34

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como natureza comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **180 (cento e oitenta) dias** contados da **data de assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

- 1.6. O **CONTRATADO** não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

1. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:
 - I. ID PCA no PNCP: 63025530000104-0-000088/2026.
 - II. Data de publicação no PNCP: 14/11/2025.
 - III. Id do item no PCA: 1070.
 - IV. Classe/Grupo: 549 Serviço de Instalação.
 - V. Identificador da Futura Contratação: 121/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:
 - 4.1.1. Não se aplica.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Vistoria

- 4.7. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **08:00** horas às **16:00** horas.
- 4.8. A vistoria deverá ser feita por engenheiro indicado pela empresa e será efetuada até o segundo dia útil anterior à data marcada para o início do certame.
- 4.9. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.10. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
 - 3.1.1. **O interessado em realizar a vistoria deve solicitar agendamento de horário pelo e-mail: gestaoinfra@usp.br.**
- 4.11. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.12. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a dinâmica estabelecida no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, detalhado no item 7.3. do Subanexo I deste Termo de Referência.

Local e horário da prestação dos serviços

- 5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: **Auditório do Museu do Ipiranga, Rua dos Patriotas, nº 100, bairro do Ipiranga, São Paulo, SP, CEP 04207-030.**
- 5.3. Os serviços deverão ser executados por etapas, de forma planejada e organizada, evitando interferência nas atividades regulares do local. Os serviços sempre serão realizados em horários comerciais durante os dias da semana, com exceção de feriados.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A execução dos serviços só será iniciada após aprovação do cronograma por parte da CONTRATANTE que pode priorizar a continuidade de operação do ambiente a instalação do presente objeto em determinadas datas (salvo acordo prévio, e que não impactem a continuidade de utilização do local, conforme agenda a ser definida em comum acordo entre as partes).

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo **12 (doze) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o **CONTRATADO** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. A Universidade de São Paulo poderá convocar representante do **CONTRATADO** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação), o órgão ou entidade poderá convocar o representante do **CONTRATADO** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do **CONTRATADO**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Preposto

- 6.6. O **CONTRATADO** designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. O **CONTRATANTE** poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do **CONTRATADO**, hipótese em que o **CONTRATADO** designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

- 6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

- 6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17](#)).
- 6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).
- 6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo **CONTRATADO** ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III](#)).
- 6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV](#)).
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Fiscalização Administrativa

- 6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III](#)).
- 6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV](#)).
- 6.17. Sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, o **CONTRATADO** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

- 6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º](#)).
- 6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX](#)).
- 6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII](#)).
- 6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII](#)).

- 6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único](#)).
- 6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará os critérios indicados neste item para aferição da qualidade da prestação de serviços, sempre levando-se em conta o quantitativo contratado e seus respectivos preços unitários, nos termos do item 1, para fins de glosa.
- 7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o **CONTRATADO**:
- 7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,
 - 7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios estabelecidos no **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, detalhado no item 7.3. do Subanexo I deste Termo de Referência.**

Do recebimento

- 7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **15 (quinze) dias**, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e [arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do **CONTRATADO** com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).
- 7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).
- 7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao **CONTRATADO**, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.8.2. O **CONTRATADO** fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))
- 7.8.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

- 7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **20 (vinte)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).
- 7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao **CONTRATADO**, por escrito, as respectivas correções.
- 7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.10.4. Comunicar o **CONTRATADO** para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao **CONTRATADO** para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo **CONTRATADO**, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**.
- 7.16. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

Prazo de pagamento

- 7.18. O pagamento será efetuado no prazo **não inferior a 28 (vinte e oito) dias**, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#) e da [Portaria GR. nº 8249/2023](#).
- 7.18.1. São condições para a liberação do pagamento:
- a) O recebimento definitivo do objeto.
 - b) A entrega da documentação fiscal completa.
 - c) A não existência de registro do contratado no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pelo **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e parágrafo 1º da Lei Estadual nº. 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e parágrafo 1º do [Decreto Estadual nº. 53.455/2008](#).
- 7.19. Havendo atraso no pagamento dos contratos celebrados pela Universidade de São Paulo, por razões não imputáveis ao **CONTRATADO**, o valor devido será atualizado monetariamente pelo **IPC-FIPE** na forma da legislação aplicável, calculado pro rata temporis em relação ao atraso verificado, tornando-se passível de responsabilização aquele que der causa ao atraso imotivado.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 7.19.1. Não será considerado atraso o período de suspensão dos pagamentos em razão do descumprimento das condições fixadas em contrato, nem as retenções para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Universidade ou a terceiros.
- 7.19.2. O pagamento da atualização financeira estabelecida neste artigo dependerá de requerimento a ser formalizado pelo **CONTRATADO**.
- 7.20. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.
- 7.21. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no item anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.
- 7.22. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.
- 7.23. Caso sejam constatadas irregularidades na execução do objeto contratado, será descontada do pagamento a importância correspondente ao descumprimento, sem prejuízo da eventual rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades cabíveis.

Forma de pagamento

- 7.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do **CONTRATADO** no Banco do Brasil S/A, ficando terminantemente vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.
- 7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.26. O **CONTRATANTE** poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.
- 7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.27. O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO LICITANTE E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O prestador de serviço(s) será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Regime de execução

- 8.2. O regime de execução do contrato será **integral**.

Exigências de habilitação

- 8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- 8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- 8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**), conforme o caso.
- 8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (**RFB**) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), **referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)** por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**).
- 8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**) ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.18. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual (Certidão de Débitos tributários Inscritos na Dívida Ativa)**, em se tratando de compras e serviços com fornecimento de bens e/ou **Municipal (Certidão de Tributos Mobiliários)** no caso de serviços, do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 8.19. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.20. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da [Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)), ou de sociedade simples.
- 8.22. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante).
- 8.22.1. Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.
- 8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.23.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).
- 8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação
- 8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

Qualificação Técnica

- 8.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 8.27. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.28. Para todos os e equipamentos ofertados a PROPONENTE deve enviar as informações de marcas e modelos ofertados; podendo ser o catálogo oficial, manual, ou folha de dados oficiais do fabricante, não serão aceitos documentos de distribuidores.
- 8.29. A licitante deverá apresentar registro ou inscrição ativa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da unidade federativa em que estiver sediada, comprovando a atuação formal em atividades de fornecimento, instalação e integração de sistemas audiovisuais, de automação e infraestrutura técnica correlata, conforme atribuições da engenharia.
- 8.29.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista neste subitem por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 8.30. A licitante deverá comprovar que possui em seu quadro funcional responsável(is) técnico(s) legalmente habilitado(s), com registro regular no CREA, que assumirão, de forma pessoal, direta e efetiva, a execução dos serviços contratados, compondo a equipe técnica do projeto.
- 8.31. Será exigida a comprovação de, no mínimo, 1 (um) profissional com formação em Engenharia, habilitado para atividades compatíveis com o objeto, por meio de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) vinculada ao projeto.
- 8.32. Deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que a licitante tenha fornecido, instalado, e prestado serviço de garantia em equipamentos equivalentes, similares ou superiores ao do objeto pertinente com este Termo de Referência, comprovando experiência nos seguintes itens:
- 8.32.1. **AMPLIFICADOR PROFISSIONAL;**
- 8.32.2. **CAIXA ACÚSTICA;**
- 8.32.3. **PROCESSADOR DE ÁUDIO E AUTOMAÇÃO DIGITAL;**
- 8.32.4. **MICROFONE SEM FIO (RECEPTOR E TRANSMISSOR);**



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 8.32.5. **MONITORES PROFISSIONAIS;**
- 8.32.6. **SWITCH DE REDE;**
- 8.32.7. **SISTEMA DE COMUTAÇÃO DE VÍDEO;**
- 8.32.8. **PROJETOR PROFISSIONAL DE ALTO BRILHO (13K ANSI/ISO 21118 Lúmens ou superior);**
- 8.32.9. **SISTEMA DE ILUMINAÇÃO CENOTÉCNICA.**
- 8.33. O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverão possuir acervo registrado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, para comprovação de autenticidade de fornecimento e instalação da solução referida.
- 8.34. Os atestados poderão ser somados. Além da experiência comprovada pelo item 8.32 os atestados apresentados deverão relatar, de forma objetiva, que a licitante executou as seguintes atividades técnicas como parte integrante do fornecimento:
 - 8.34.1. Instalação, implantação e configuração de soluções audiovisuais, sendo composta por dois ou mais itens da lista de itens a partir do item 8.32.1 até 8.32.9.
 - 8.34.2. Instalação e programação de equipamentos de áudio e vídeo, incluindo processador digital de sinais (DSP) com software gráfico de controle e interfaces gráficas de usuário (GUI);
- 8.35. A não comprovação da capacidade técnica implica na desclassificação direta da empresa PROPONENTE.
- 8.36. A PROPONENTE, como parte do processo de habilitação, deve apresentar declaração do fabricante referente aos equipamentos de maior valor agregado sinalizado: (PROJETORES PROFISSIONAIS, MICROFONES SEM FIO, SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, MONITORES PROFISSIONAIS E PROCESSADOR DE ÁUDIO E AUTOMAÇÃO) assegurando que:
 - 8.36.1. Os equipamentos ofertados neste certame possuem suporte técnico no Brasil contra defeitos de fabricação.
 - 8.36.2. Os equipamentos têm disponibilidade de peças de reposição conforme determina o Código de Defesa do Consumidor (CDC).
 - 8.36.3. A CONTRATADA é uma distribuidora ou revendedora autorizada.
- 8.37. Não será conhecido e nem considerado válido o atestado de capacidade técnica emitido por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial da PROPONENTE. Sendo considerada como empresa pertencendo ao mesmo grupo da licitante, aquela controlada ou controladora do licitante.
- 8.38. O(s) profissional(is) que apresentar(em) as ARTs para comprovação da qualificação técnica deverá(ão) possuir vínculo empregatício com a CONTRATADA, sendo o vínculo empregatício iniciado antes da data de publicação deste termo de referência.
 - 8.38.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.
 - 8.38.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

do **CONTRATANTE** e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Outras comprovações

8.39. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição estadual.
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal nº 13.467/2017, quando for o caso.

8.40. Tratando-se de consórcio, caso admitida a sua participação:

8.40.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição.
- b) Finalidade do consórcio.
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual.
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados.
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas.
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação.
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto **CONTRATADO**, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração.
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE** até o integral cumprimento do objeto da contratação,



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem.

- 8.40.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.
- 8.40.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei federal nº 14.133/2021.
- 8.40.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.
- 8.41. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021:
- 8.41.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971.
- 8.41.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.
- 8.41.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia.
- 8.41.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia.
- 8.41.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.
- 8.41.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador
- 8.41.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.
- 8.42. Todos os documentos necessários para habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste TR/contrato, mas se estende a toda a



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.

8.42.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico (§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

8.42.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.358.884,34 (um milhão, trezentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e trinta e quatro centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: Museu Paulista.
- II. Fonte de Recursos: Tesouro do Estado.
- III. Programa de Trabalho: Administração Geral.
- IV. Elemento de Despesa: Outros serviços de terceiros – PJ.
- V. Plano Interno: PCA 2026, contratação 121.

11. Integram este Termo de Referência os seguintes anexos:

11.1. Subanexo I – MEMORIAL DESCRITIVO DE PROPOSTA E SOLUÇÃO

11.2. Subanexo II – CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

11.3. Subanexo III – PLANILHA PARA A PROPOSTA DE PREÇOS



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

São Paulo, na data da última assinatura eletrônica

Identificação e assinatura da equipe responsável ao final do documento

SUBANEXOS

SUBANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO DE PROPOSTA E SOLUÇÃO

1. OBJETIVO

Este Memorial Descritivo tem por objetivo estabelecer as exigências mínimas para contratação de empresa especializada para fornecimento de solução de equipamentos de áudio, vídeo, rede, iluminação cênica e infraestrutura aparente de elétrica e dados, com a finalidade de reforma conceitual e tecnológica para o ambiente de anfiteatro que possuirá uma solução multimídia específica de forma a atender os resultados esperados pela administração do MUSEU DO IPIRANGA.

- 1.1.** Encontram-se no Subanexo I: Memorial descritivo; Subanexo II: Caderno de Especificações, Subanexo III: Planilha para a Proposta de Preços;
- 1.2.** O objeto desta contratação será uma COMPRA POR ITEM ÚNICO, em regime de empreitada global, onde a empresa vencedora irá fornecer todos os equipamentos e serviços e não poderá sofrer acréscimos ou supressões, nos termos e nos limites previstos na Lei no 14.133/21.
- 1.3.** A adjudicação por preço global se deve ao fato de que todos os equipamentos e serviços estão intrinsecamente relacionados. A execução dos serviços por mais de uma empresa elevaria o custo de administração e necessitaria de uma complexa rede de coordenação entre os projetos e, certamente, comprometeria a qualidade e efetividade dos resultados.
- 1.4.** A divisão do objeto a ser licitado em itens pode acarretar prejuízos quanto à instalação, configuração e operacionalização de todo o sistema, bem como sua manutenção, uma vez que se exige total compatibilidade entre os equipamentos da solução a ser adquirida, ou seja, a instalação tem que ser uniforme. Se cada empresa utilizar um diferente padrão de instalação, ou uma plataforma diferente, o sistema como um todo pode não funcionar.
- 1.5.** Por essas razões, entendemos que o critério de adjudicação por contratação única se revela o mais adequado a essa contratação.

2. DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA NA PROPOSTA

- 2.1.** Para todos os itens de Hardware e Software deverão ser fornecidos os respectivos links para acesso aos manuais, download de softwares e toda a documentação técnica necessária para sua correta instalação, configuração e manutenção.
- 2.2.** A CONTRATADA deverá declarar na proposta que entregará no ato da entrega dos equipamentos declaração de importação (DI) ou declaração do fabricante atestando a procedência do equipamento fornecido pelo LICITANTE, conforme Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006 e alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.021, de 31 de março de 2010, com firma reconhecida do seu signatário ou Declaração de fabricação Nacional emitida pelo fabricante do equipamento.

3. VISTORIA TÉCNICA OPCIONAL

- 3.1.** As licitantes deverão de forma opcional e facultativa vistoriar previamente o local de instalação e execução dos serviços objeto deste Termo de Referência e seus anexos, de modo que seu responsável técnico possa conferir medidas, características e condições para a instalação e execução dos serviços.
- 3.2.** A licitante com isso assumirá total concordância com os termos deste Termo de Referência e condições do local, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores de desconhecimento dos serviços, quantitativos ou dificuldades técnicas não previstas.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A empresa deverá apresentar, para fins de habilitação técnica toda a documentação discriminada nos itens 8.26 a 8.38 e seus subitens do Anexo I (Termo de Referência) do Edital.

5. PROPOSTA

- 5.1.** A proposta de preços deverá ser apresentada digitada em papel timbrado da empresa, com redação na língua portuguesa, sem emendas, rasuras, borrões não ressalvados, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, e conter expressamente:
- 5.2.** Planilha de Orçamento Detalhado, conforme consta no Subanexo III: Planilha para a Proposta de Preços.
- 5.3.** Especificamente, sob pena de desclassificação no certame, o licitante deverá informar marca, modelo dos equipamentos ofertados.
- 5.4.** O licitante deverá apresentar toda a documentação técnica do fabricante que comprove o atendimento das especificações dos equipamentos cotados e TODOS os itens/produtos deste Termo de Referência, descrição detalhada dos softwares, considerando se documentação oficial do fabricante:
- 5.5.** Documento extraído de consulta realizada pela Internet na página oficial do fabricante, devendo, nesse caso, ser indicado o endereço eletrônico do fabricante;
- 5.6.** Caso o licitante não disponha de catálogos, folders, impressos ou publicações originais do fabricante quanto às especificações técnicas dos equipamentos, softwares, componentes e materiais, deverá apresentar declaração do fabricante em que constem as especificações, preferencialmente em língua portuguesa.

- 5.7. Declaração de que fornecerá todo e qualquer acessório, material e serviço não previsto nas especificações, mas que se façam necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos, sistemas e atendimento às funcionalidades exigidas neste termo de referência sem qualquer forma de acréscimo financeiro à CONTRATANTE.
- 5.8. As especificações mínimas detalhadas no termo de referência deverão ser atendidas na sua totalidade, não sendo possível adaptações quanto às características de cada produto.
- 5.9. A falta de qualquer uma das declarações exigidas na entrega da proposta ensejará a desclassificação da empresa proponente.
- 5.10. Declaração de que está legalmente estabelecido e que explora ramo de fornecimento, montagem e instalação de equipamentos audiovisuais.
- 5.11. Validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de sua apresentação. Na ausência de indicação expressa na proposta ofertada pelo licitante do prazo de validade, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias para todos os efeitos.

6. EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

- 6.1. A CONTRATADA deverá executar todas as atividades preliminares necessárias à implantação dos serviços, incluindo, mas não se limitando a remanejamento de infraestruturas existentes (fiações, redes, tubulações aparentes ou embutidas), serviços de pintura, sempre em conformidade com os projetos executivos aprovados.
- 6.2. A CONTRATADA deverá possuir pleno domínio dos projetos e memoriais técnicos relacionados, responsabilizando-se pela correta interpretação e execução. Caso surjam necessidades de alterações durante a execução, estas deverão ser submetidas à aprovação formal da FISCALIZAÇÃO, mediante entrega de projeto executivo revisado e respectiva ART.
- 6.3. Todas as atividades deverão obedecer integralmente às normas técnicas vigentes estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como demais legislações aplicáveis.
- 6.4. A CONTRATADA deverá elaborar, apresentar, submeter à aprovação da CONTRATANTE e executar os projetos executivos conforme as fases de implantação previstas.
- 6.5. O Projeto Executivo deverá conter descrição clara, detalhada e conclusiva dos serviços e soluções propostas, apresentando cronograma de execução, tecnologias e metodologias empregadas, cenários operacionais, pré-requisitos técnicos e identificação do responsável técnico pelo projeto.

- 6.6.** Após aprovação do Projeto Executivo pela CONTRATANTE, deverá ser emitida a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA correspondente, abrangendo todas as disciplinas envolvidas na execução do projeto.
- 6.7.** A CONTRATADA será integralmente responsável pela implantação da solução, incluindo todos os custos associados à instalação de equipamentos, insumos e infraestrutura complementar referente ao objeto da licitação.
- 6.8.** Deverá prover todos os instrumentos, ferramentas e equipamentos temporários necessários para execução e testes de aceitação.
- 6.9.** Todos os materiais e equipamentos deverão ser entregues nos locais de instalação conforme cronograma e projeto executivo, sendo de responsabilidade da CONTRATADA os custos com embalagem, desembalagem, armazenagem, guarda, transporte e seguro.
- 6.10.** Os serviços deverão ser executados por etapas, de forma planejada e organizada, evitando interferência nas atividades regulares do local. Os serviços sempre serão realizados em horários comerciais durante os dias da semana, com exceção de feriados. A execução dos serviços só será iniciada após aprovação do cronograma por parte da CONTRATANTE que pode priorizar a continuidade de operação do ambiente a instalação do presente objeto em determinadas datas (salvo acordo prévio, e que não impactem a continuidade de utilização do local, conforme agenda a ser definida em comum acordo entre as partes).
- 6.11.** A CONTRATADA deverá providenciar sinalização provisória (tapumes, divisórias, fitas de segurança etc.) nas áreas de intervenção, garantindo a segurança dos usuários do ambiente.
- 6.12.** É de responsabilidade da CONTRATADA proteger adequadamente todas as áreas de trabalho, evitando danos a pisos, paredes, tetos, forros, mobiliários, divisórias e instalações elétricas existentes. Este item é de extrema importância, tendo em vista que o ambiente se trata de um prédio histórico, onde não pode haver danos a estruturas antigas como o palco.
- 6.13.** A CONTRATADA responderá por qualquer dano causado às instalações, devendo reparar os prejuízos com o mesmo padrão de acabamento original.
- 6.14.** Quando necessário, deverá realizar movimentação, reinstalação ou substituição de componentes construtivos como forros, divisórias, esquadrias e mobiliários, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.
- 6.15.** Todos os suportes, painéis de conexão, caixas e itens sob medida deverão ter seus desenhos técnicos submetidos à aprovação da CONTRATANTE antes da instalação.
- 6.16.** Para a eventual instalação de pontos elétricos, os materiais deverão ser de primeira linha, certificados pelo Inmetro e conforme as normas:
- 6.17.** ABNT NBR NM 60669-1:2004 (interruptores);

- 6.18.** ABNT NBR NM 60884-1:2010 (plugues e tomadas).
- 6.19.** Toda instalação elétrica deverá ser executada com materiais compatíveis com a carga prevista, disjuntores dimensionados corretamente e codificação de cores padronizada.
- 6.20.** A CONTRATADA deverá realizar a remoção diária dos resíduos e materiais descartados da obra, inclusive aqueles provenientes de demolições ou ajustes, mantendo o ambiente limpo e seguro.
- 6.21.** Dúvidas decorrentes da interpretação do Termo de Referência e anexos deverão ser submetidas à equipe de administração da CONTRATANTE para esclarecimento formal.
- 6.22.** Durante todo o período de execução, a CONTRATADA deverá manter um profissional responsável legalmente habilitado atuando como gerente de projeto, com presença ativa nas etapas de planejamento, execução e comissionamento.
- 6.23.** Ao término da obra, a CONTRATADA deverá entregar os seguintes documentos e registros, conforme cronograma físico-financeiro aprovado:
- 6.24.** Projeto executivo com malha seca;
- 6.25.** Levantamento “As-built” detalhado;
- 6.26.** Diagramas unifilares finais de todos os sistemas instalados;
- 6.27.** Relatório de testes, comissionamento e balanceamento de sistema;
- 6.28.** Memorial descritivo da solução instalada, com todas as especificações técnicas;
- 6.29.** Manual de operação e configuração de software e sistemas;
- 6.30.** Catálogo técnico dos equipamentos instalados;
- 6.31.** Certificados de garantia emitidos pelos respectivos fabricantes.

7. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

- 7.1.** O cronograma físico-financeiro deverá representar o desenvolvimento previsto para a execução total do objeto desta licitação em relação ao tempo, observado o prazo de execução proposto pelo licitante, itens, etapas, fases, seus respectivos custos e pagamentos por parte da CONTRATANTE.
- 7.2.** O cronograma físico-financeiro deverá, obrigatoriamente, ser compatível com o prazo de execução proposto pelo licitante e com o Orçamento Detalhado apresentado, tanto no que se refere aos itens quanto aos valores e com o cronograma de desembolso indicado neste Termo de Referência.

- 7.3.** Os prazos estabelecidos devem seguir minimamente, podendo ocorrer sob melhores circunstâncias de entrega de etapas caso seja possível e aprovado pela CONTRATANTE, de acordo com a sequência de itens discriminada a seguir:

Emissão da Ordem de Serviço em dias corridos.

- Data: D+0
- Responsabilidade: CONTRATANTE

Emissão do Projeto Executivo.

- Data: D+30
- Responsabilidade: CONTRATADA

Análise e Aprovação do Projeto Executivo.

- Data: D+35
- Responsabilidade: CONTRATANTE
- Pagamento: 10% do total do contrato

Início das Atividades de Infraestrutura

- Data: D+36
- Responsabilidade: CONTRATADA

Término das Atividades de Infraestrutura

- Data: D+70
- Responsabilidade: CONTRATADA

Análise e Aprovação da Instalação de Infraestrutura

- Data: D+80
- Responsabilidade: CONTRATANTE

Entrega dos Equipamentos e Sistemas

- Data: D+90
- Responsabilidade: Licitante vencedor

Análise e Aprovação dos Equipamentos Entregues Conforme Contrato

- Data: D+91
- Responsabilidade: CONTRATANTE
- Pagamento: 50% do total do contrato

Início das Atividades de Instalação dos Equipamentos Ofertados

- Data: D+92 Responsabilidade: Licitante vencedor

Término da Instalação, Configuração e Comissionamento de Equipamentos

- Data: D+150
- Responsabilidade: Licitante vencedor
- Observação: Inclui entrega de Manual de Operação dos Ambientes e As-built do Projeto

Análise e Aprovação dos Equipamentos Instalados e Comissionados

- Data: D+151
- Responsabilidade: CONTRATANTE

Treinamento

- Data: D+152
- Responsabilidade: Licitante vencedor

Emissão do Aceite Definitivo

- Data: D+154
- Responsabilidade: CONTRATANTE
- Pagamento: 40% do total do contrato

Início do Período de Garantia

- Data: D+155
- Responsabilidade: Licitante vencedor

SUBANEXO II - CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

7.4. REQUISITOS GERAIS

O presente projeto tem como objetivo a implementação de uma solução integrada que viabilize a operação de um sistema multimídia audiovisual e iluminação voltado a um anfiteatro com uso flexível, podendo ser: palestras, apresentações, entrevistas e shows. Todos os equipamentos deverão estar interligados para o perfeito funcionamento da solução, concentrando o controle de ambos na sala técnica de áudio e vídeo.

7.5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

8.2.1. SALA DE TRANSMISSÃO DE AUDIO E VIDEO

O roteamento de áudio e vídeo será concentrado no item de matriz, deve garantir a conexão com os monitores de reforço para plateia e retorno do palco, que deve estar no rack de equipamentos posicionado na sala técnica de áudio e vídeo. A proponente deve considerar, se necessário todos os extensores e infraestrutura aparente necessária para conexão entre os equipamentos.

8.2.2. SISTEMA VISUALIZAÇÃO

O sistema de projeção principal contará com projetor profissional de alto brilho e contraste, capaz de garantir níveis de iluminância e uniformidade em conformidade com as normas de ergonomia visual para uma área de 343". A projeção será realizada em tela motorizada pertencente ao acervo do Museu do Ipiranga, devendo a proponente prever sua instalação. O projetor será fixado no teto, próximo à entrada do anfiteatro, em local acessível por escada simples para manutenção. O equipamento deverá permitir ajustes remotos de foco, zoom e deslocamento de lente (*lens shift*) via software ou interface de controle. O sistema de visualização complementar será composto por monitores profissionais, sendo: 02 unidades de 75" em suportes móveis de chão para reforço lateral da plateia e 01 unidade de 55" para retorno de palco, instalada em suporte de chão móvel e angulado. Para eventos de menor porte, será utilizado um segundo projetor profissional direcionado a uma tela motorizada tensionada de 95" localizada no palco.

8.2.3. SISTEMA DE REPRODUÇÃO DE ÁUDIO

Conterá com um amplificador multicanal e 04 caixas acústicas do modelo de coluna vertical, que serão posicionadas nas laterais do anfiteatro, garantindo a cobertura homogênea de som em todo o ambiente. Para controle manual dos canais de áudio também deve ser fornecido um *mixer* de áudio de 20 canais. além de permitir a conexão de microfones adicionais no ambiente em caso de upgrade futuro ou para bandas musicais com diferentes microfones de instrumentos. Deverá ser considerado duas interfaces de conexão de 08 vias nas extremidades do palco, que devem ser conectados ao *mixer* da sala técnica.

8.2.4. SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁUDIO

Conterá com 06 microfones bastão e 02 Headset sem fio cada um contendo capsula, transmissor, bateria, estação de recarga, receptor de canal e antena receptora. A antena deve ser posicionada após um estudo

de possíveis lugares de fala, sendo todo o palco como área de captação principal e a plateia como secundária.

8.2.5. PROCESSAMENTO DE ÁUDIO E AUTOMAÇÃO.

O ambiente contará com um processador de áudio e automação, que para o áudio tem a função de permitir ajustes finos de áudio no ambiente por meio de programação, ajuste de filtros, equalização, *gates* e limitadores, além de permitir o AEC (*Acoustic eco cancelation*) quando houver a necessidade de realizar videoconferências no ambiente. Deverá ser criada uma interface personalizada para o **Museu do Ipiranga**, que permita: Aumentar ou abaixar o volume das caixas, acessar individualmente o controle de ganho e equalização dos microfones.

Para a automação o sistema deve permitir o acionamento dos motores das telas de projeção. A interface de automação deverá integrar, em um único ecossistema, o acionamento eletromecânico das telas tensionadas, o controle de sinal do projetor (via HDBaseT ou IP ou RS232) e a gestão das camadas de áudio. A interface gráfica será utilizada em uma interface de controle touchscreen e deve exibir status em tempo real dos projetores.

8.2.6. SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE VÍDEO E TRANSMISSÃO.

O sistema contará com 05 câmeras PTZ posicionadas em locais estratégicos que devem ser aprovadas pelo **Museu do Ipiranga**, serão conectadas de duas maneiras ao comutador de vídeo localizado na mesa do operador na sala técnica: a primeira será via cabo CAT6 usando o protocolo NDI, a segunda serve como redundância de sinal e será via cabo SDI. As câmeras podem ser acessadas individualmente usando o controlador joystick na sala de operação, onde poderá existir a gravação de presets como: palco geral, plateia 1, plateia 2 de acordo com as necessidades do **Museu do Ipiranga**, para finalizar o fluxo de vídeo pode ser usado para videoconferência, gravações ou streaming ao vivo, utilizando uma das estações de trabalho fornecidas.

8.2.7. SISTEMA DE ILUMINAÇÃO.

O sistema de iluminação deve ser posicionado o mais próximo ao teto possível para não atrapalhar a projeção do item 21-PROJETOR DE CINEMA COM LENTE DE LONGA DISTÂNCIA. O foco desse sistema é a iluminação cênica do palco, com possibilidade de alterar entre as cores, intensidade de brilho, focos e posicionamento, criando cenas a partir da mesa de iluminação, toda a infraestrutura necessária sendo elétrica e de controle para a sala técnica devem estar contemplados no item. Deverá ser fornecido um rack individual para o sistema de iluminação, separado do rack do sistema audiovisual que ficará na sala técnica.

8.2.8. INFRAESTRUTURA SECA E TOMADAS.

Deverá ser fornecida toda a infraestrutura necessária para o perfeito funcionamento dos sistemas, considerando, calhas, canaletas, cabos, extensores, tomadas e pontos de rede. A CONTRATADA pode reaproveitar a infraestrutura existente desde que seja tecnicamente viável e não comprometa a qualidade da solução que será fornecida. Os cabos de dados, controle e áudio devem ser separados dos cabos de elétrica sendo passados em conduítes (ou condutores) diferentes. Toda a infraestrutura será aparente, não sendo necessário adequações técnicas civis. Toda a infraestrutura aparente (eletrodutos, caixas de

passagem e suportes) deverá receber acabamento em pintura eletrostática na cor Cappuccino, visando a harmonização estética com o patrimônio histórico/arquitetônico do Museu do Ipiranga. Deverá ser criado um quadro elétrico na sala técnica para comportar o sistema audiovisual e os equipamentos de rack. O projeto executivo deve contemplar também a infraestrutura prevista da solução audiovisual para aprovação do MUSEU DO IPIRANGA, a implantação só será iniciada após aprovação do projeto executivo.

8.2.9. SALA TÉCNICA DE ÁUDIO E VÍDEO.

A sala técnica contará com todos os equipamentos necessários para uma operação profissional facilitada. Para monitorar o áudio com qualidade, contará com 02 monitores de som, 02 fones de ouvido profissionais para acompanhar streamers ou o sistema de captação. Para ser o host de videoconferência e permitir a gravação e pós-produção de conteúdo, serão fornecidos 02 estações de trabalho e 04 monitores de 24”, para controle do sistema de iluminação cênica será fornecida uma mesa de iluminação com 80 canais.

8.2.10. SERVIÇO DE INSTALAÇÃO.

O serviço de instalação contempla: frete, mobilização de equipe, instalação, configuração, programação e comissionamentos (testes) do sistema. Onde deverá ser criado um relatório de casos de uso aprovado pelo Museu do Ipiranga. Toda a infraestrutura, cabos, extensores, conectores e demais itens que se façam necessário para o perfeito funcionamento da solução devem estar inclusos neste item.

8.2.11. GARANTIA.

A contratada deverá garantir o perfeito funcionamento da solução durante 12 meses, incluindo suporte remoto em primeira instância, caso não seja resolvido deverá prestar suporte técnico presencial no prazo de 72 horas a partir da data de abertura do primeiro chamado. Caso algum equipamento apresente defeito de **fábrica** a contratada fica responsável por abrir o chamado de reparo com o fabricante e com os custos de logística caso existam, caso o equipamento precise de mais do que 05 dias para reparo a CONTRATADA deverá providenciar outro equipamento igual ou superior para atender a solução de maneira paliativa no período de até 72 horas.

8.2.12. TREINAMENTO.

A contratada deverá providenciar treinamento presencial para uma equipe de até 10 pessoas de escolha do **Museu do Ipiranga**, com o objetivo de repassar os casos de uso previamente testados e fazer a passagem de conhecimento utilizando a metodologia de *hands-on*. O treinamento pode durar até 8 horas devendo ser realizado em horário comercial. A CONTRADA deve providenciar uma caderneta de utilização do sistema com os principais tópicos da solução que ficara em posse da equipe do **Museu do Ipiranga**.

8.3. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS DA SOLUÇÃO:

1	ACCESS POINT PARA SISTEMA AV
1.1	Porta Ethernet RJ-45 Gigabit (10/100/1000 Mbps).
1.2	Suporte a PoE padrão IEEE 802.3at (PoE+).
1.3	Alimentação por fonte DC externa 12V/1A ou POE+.

1.4	Operação simultânea Dual-Band (2,4 GHz e 5 GHz).
1.5	Padrões Wi-Fi 802.11ax/ac/n/g/b/a (Wi-Fi 6).
1.6	Banda agregada mínima de 1,4 Gbps.
1.7	Taxas mínimas: 574 Mbps (2,4G) e 1200 Mbps (5G).
1.8	Suporte a OFDMA, MU-MIMO e Beamforming.
1.9	Suporte a canais de 20/40/80 MHz.
1.10	Suporte a múltiplos SSIDs e VLAN (802.1Q).
1.11	Segurança WPA3 e WPA2-Enterprise (802.1X).
1.12	Recursos de Portal Cativo e Controle de Banda.
1.13	Suporte a QoS/WMM.
1.14	Gerenciamento via Controlador ou Web (SNMP v1/v2/v3).
1.15	Roaming Rápido (802.11r/k/v).
1.16	Recursos Band Steering, Load Balancing e Airtime Fairness.
1.17	Consumo máximo inferior a 16 W.
1.18	Temperatura de operação 0°C a 40°C e Suporte IPv6.
1.19	Certificações Anatel, CE, FCC e RoHS.
2	AMPLIFICADOR DE ÁUDIO DIGITAL MULTICANAL
2.1	Arquitetura e Potência: 04 canais independentes com saída mínima de 350W RMS em 8Ω (todos acionados).
2.2	Distorção Harmônica (THD + N): Máximo de 0,5% em 1kHz na potência nominal.
2.3	Fator de Amortecimento (Damping): Mínimo de 150 (referência 8Ω, de 20Hz a 1kHz).
2.4	Slew Rate (Taxa de Resposta): Mínimo de 20 V/μs.
2.5	Relação Sinal-Ruído: Mínimo de 100 dB.
2.6	Crosstalk (Separação de Canais): Mínimo de 70 dB (em 1kHz).
2.7	Alimentação: Fonte chaveada com correção de fator de potência (PFC) ativo.
2.8	Proteções: Térmica, Curto-circuito, Tensão DC e RF
2.9	Conexões de Entrada: Terminais balanceados (XLR ou Euroblock/Phoenix).
3	CAIXA DE SOM COLUNA
3.1	Tipo: Caixa do tipo Line array em formato de coluna
3.2	Largura do Gabinete: Máximo de 110 mm (Garantir perfil ultra-fino).
3.3	Quantidade de Drivers: Mínimo de 12 drivers de pequena polegada (até 2,5") em linha.
3.4	Controle de Dispersão Vertical: Máximo de 30° (Para evitar reflexões de teto/piso).
3.5	Cobertura Horizontal: Mínimo de 145°.
3.6	Resposta de Frequência: Mínimo de 80 Hz a 16 kHz (-10dB).
3.7	Potência Contínua (RMS): Mínimo de 100W (Referência 8Ω).
3.8	SPL Máximo (1m): Pelo menos 112 dB SPL contínuo.

3.9	Montagem: Inclui ou possui suporte original para montagem em parede.
4	CAMERA PTZ NDI
4.1	Sensor de Imagem: CMOS de mínimo 1/2.8”.
4.2	Resolução e Taxa de Quadros: Mín. 1080p @ 60fps.
4.3	Zoom Óptico: Mínimo de 20x.
4.4	Protocolos NDI e Streaming: Nativo NDI, SRT, RTMP.
4.5	Compressão de Vídeo: H.265, H.264 e MJPEG.
4.6	Saídas Físicas Simultâneas: SDI, HDMI e NDI.
4.7	Controle e Protocolos: VISCA/IP e NDI.
4.8	Presets (Memórias): Mínimo de 128 posições.
4.9	Balanco de Branco: Auto, Manual, One-push.
4.10	Redução de Ruído Digital: 2D e 3D.
4.11	Iluminação Mínima: Máximo 0.5 Lux.
4.12	Alimentação: PoE ou fonte DC 12V.
5	CONTROLADOR JOYSTICK PARA CAMERA PTZ
5.1	Tela de Exibição: Tipo OLED ou LCD para monitoramento.
5.2	Teclas de Atalho: Mínimo de 06 botões de seleção rápida.
5.3	Protocolos de Suporte: VISCA (IP/Serial) e NDI.
5.4	Joystick: Tipo 4D (Pan, Tilt, Zoom e Foco no manípulo).
5.5	Controles de Imagem: Knobs físicos para Íris, Foco e Ganho (R/B).
5.6	Interfaces de Controle: RJ45, RS232 e RS422/RS485.
5.7	Alimentação: Suporte a PoE ou fonte DC 12V.
5.8	Multi-Protocolo: Controle simultâneo de câmeras com protocolos distintos.
6	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA GESTÃO DE CONTEÚDOS
6.1	Processador: Mín. Intel® Core i7-13700 (16 núcleos / 24 threads).
6.2	Gráficos: Mínimo integrado Intel® UHD Graphics 770.
6.3	Memória RAM: Mínimo 16GB DDR4-3200 (Instalado).
6.4	Expansão de Memória: Slot para expansão até 64GB DDR4.
6.5	Armazenamento: Mínimo 512GB SSD M.2 NVMe.
6.6	Sistema Operacional: Windows 11 Pro de 64 bits.
6.7	Conectividade: RJ45 Gigabit, USB 3.2 e DisplayPort/HDMI.
6.8	Garantia: Mínimo de 1 ano on-site (no local).
7	FONE DE OUVIDO PROFISSIONAL PARA OPERADOR
7.1	Tipo: Dinâmico Fechado (Circumaural/Over-ear).
7.2	Driver: Mínimo de 40mm com ímãs de neodímio.
7.3	Resposta de Frequência: Mínimo 15 Hz a 20 kHz.

7.4	Potência Máxima de Entrada: Mínimo 500 mW.
7.5	Sensibilidade: Mínimo de 98 dB SPL/mW.
7.6	Impedância: Compatível com saídas de 30 a 64 ohms.
7.7	Cabo: Destacável ou articulado (design dobrável).
7.8	Conexão: P2 (jack 3.5mm) ou P10 (jack 6.5mm)
8	INTERFACE CENTRALIZADORA DE ÁUDIO ANALÓGICA
8.1	Canais: 08 Vias independentes (tipo Medusa).
8.2	Conectores Pannel: XLR Fêmea de alta resistência.
8.3	Conectores Cabo: XLR Macho com trava de segurança.
8.4	Condutor: Cobre estanhado OFHC (Livre de Oxigênio) 24 AWG.
8.5	Blindagem: Fita de poliéster + Dreno de cobre estanhado.
8.6	Isolação: Termoplástico de baixa retração térmica.
8.7	Capa Externa: PVC flexível de alta durabilidade.
8.8	Comprimento: Extensão de 25 metros.
9	INTERFACE DE CONTROLE TOUCHSCREEN SEM FIO
9.1	Sistema Operacional: Versão mínima iPadOS 16 ou Android 13 (ou superiores).
9.2	Tela: Mínimo 10,9” com tecnologia IPS e resolução mínima 2300x1600.
9.3	Memória Interna: Mínimo 128 GB.
9.4	Memória RAM: Mínimo 4 GB.
9.5	Processador: Arquitetura 64 bits com GPU dedicada de alto desempenho.
9.6	Conectividade: Wi-Fi 6 (802.11ax) e Bluetooth 5.2.
9.7	Capa de Proteção: Tipo Rugged com receptor de indução Qi integrado.
9.8	Base de Carga: Base de mesa com carregamento rápido por indução.
9.9	Revestimento: Tela resistente a impressões digitais, oleosidade e antirreflexo.
10	MATRIZ HDMI 8X8
10.1	Escopo: Matriz 8x8 com Scaler integrado e Matriz de Áudio de-embedded.
10.2	Largura de Banda: Suporte a 18 Gbps (4K @ 60Hz 4:4:4).
10.3	Controle: TCP/IP (Web GUI), RS-232 e Infravermelho (IR).
10.4	Padrão HDMI e HDCP: HDMI 2.0 e HDCP 2.2 (ou superior).
10.5	Gestão de Áudio: Ajuste de volume e ganho individual por saída.
10.6	Processamento: Downscaling de 4K para 1080p em mínimo 02 saídas.
10.7	Gerenciamento de EDID: Suporte a EDID 2.0 com cópia e emulação.
10.8	Conexão de Áudio: Saídas analógicas em conectores Phoenix/Euroblock.
10.9	Acessórios: Manual, controle remoto, suporte de rack e fonte.
11	SISTEMA DE MICROFONE BASTÃO SEM FIO UHF

11.1	Composição: O sistema deve ser composto obrigatoriamente por 06 (seis) transmissores de mão (bastão) com capsula; unidades de recepção que totalizem, no mínimo, 08 (oito) canais de áudio simultâneos (para expansão futura); 06 (seis) conjuntos de baterias recarregáveis compatíveis e unidades de recarga simultânea para no mínimo 06 transmissores que permitam a recarga dos transmissores por contato externo, sem a necessidade de remoção das baterias ou abertura do compartimento do transmissor.
11.2	Frequência de Operação: Sistema de transmissão digital operando em faixa de 2.4 GHz ou UHF Digital (470 a 608 MHz), com gerenciamento automático ou manual de frequências e criptografia de áudio de no mínimo 128 bits.
11.3	Tipo de Cápsula: Transmissor de mão com cápsula dinâmica de padrão polar cardioide ou hipercardioide, com possibilidade de intercâmbio de cápsulas (thread-on).
11.4	Resposta de Frequência: Resposta mínima de áudio entre 50 Hz e 15 kHz.
11.5	Construção do Transmissor: Corpo em material de alta resistência, visor LCD e antena interna integrada.
11.6	Transmissores alimentados por baterias recarregáveis de Lítio (Li-ion) ou Ni-MH, com exibição de telemetria de tempo restante em horas e minutos no receptor ou via software.
11.7	Unidade de Recarga: Deve conter indicadores LED de status.
11.8	Receptor e Antenas: Receptor metálico com suporte a unidades de antena remotas via cabo RJ45 ou BNC.
11.9	Gerenciamento: Interface para monitoramento remoto via software (bateria, nível de RF e áudio).
11.10	Autonomia: Capacidade de operação contínua de, no mínimo, 7 horas com carga total.
11.11	Montagem: Fornecimento de kit completo para fixação em rack padrão 19 polegadas (1U).
11.12	Gerenciamento Automático de Espectro: O sistema deve possuir hardware dedicado para varredura de ambiente (Environment Scan) em tempo real, operando com seleção automática de frequências. Deve ser capaz de identificar zonas de interferência eletromagnética (RFI) e realizar a coordenação de canais de forma dinâmica e transparente ao usuário, garantindo a estabilidade do sistema.
12	SISTEMA DE MICROFONE HEADSET SEM FIO
12.1	Composição: O sistema deve ser composto obrigatoriamente por 02 (dois) transmissores do tipo (<i>bodypack</i>); unidades de recepção que totalizem, no mínimo, 02 (dois) canais de áudio simultâneos; 02 (dois) conjuntos de baterias recarregáveis compatíveis e unidade de recarga simultânea para no mínimo 02 (dois) transmissores que permitam a recarga dos transmissores por contato externo, sem a necessidade de remoção das baterias ou abertura do compartimento do transmissor.
12.2	Frequência de Operação: Sistema digital operando em 2.4 GHz ou UHF Digital (470 a 608 MHz).
12.3	Criptografia: Codificação de sinal digital mínima de AES 128-bit ou superior para segurança.
12.4	Transmissores alimentados por baterias recarregáveis de Lítio (Li-ion) ou Ni-MH, com exibição de telemetria de tempo restante em horas e minutos no receptor ou via software.

12.5	Unidade de Recarga: Doca de carregamento para dois transmissores bodypack simultâneos com LEDs de status.
12.6	Microfone Headset: Elemento condensador de perfil subminiatura, padrão Omnidirecional.
12.7	Desempenho de Áudio: Resposta de 20 Hz a 20 kHz.
12.8	Receptor e Antenas: Receptor metálico com suporte a antenas remotas via cabo RJ45 ou BNC.
12.9	Gerenciamento: Monitoramento remoto via software (bateria em tempo real, nível de RF e Mute).
12.10	Saídas de Áudio: Saídas analógicas balanceadas XLR independentes por canal.
12.11	Montagem: Incluso kit de fixação em rack 19" e acessórios (windscreen e clip de fixação).
12.12	Gerenciamento Automático de Espectro: O sistema deve possuir hardware dedicado para varredura de ambiente (Environment Scan) em tempo real, operando com seleção automática de frequências. Deve ser capaz de identificar zonas de interferência eletromagnética (RFI) e realizar a coordenação de canais de forma dinâmica e transparente ao usuário, garantindo a estabilidade do sistema.
13	MIXER DIGITAL DE ÁUDIO 20 CANAIS
13.1	Capacidade de Entrada: Mínimo de 20 canais, sendo 16 entradas de microfone (XLR) com Phantom Power e HPF.
13.2	Barramentos e Saídas: Mínimo de 4 Auxiliares e 4 Grupos com saídas físicas independentes (XLR ou TRS).
13.3	Processamento Dinâmico: Presença de compressores de áudio integrados nos canais mono de entrada.
13.4	Interface Digital: Interface USB 2.0 integrada para gravação e reprodução estéreo (PC/Mac).
13.5	Fidelidade Sonora: Distorção Harmônica Total (THD) máxima de 0.05% e relação Sinal/Ruído mínima de 80dB.
13.6	Controles de Volume: Faders deslizantes de alta precisão.
13.7	Construção e Ergonomia: Chassi metálico robusto com painel inclinado para operação em bancada (mesa).
13.8	Versatilidade de Fixação: Chassi projetado para uso em mesa, possuindo furações ou abas para montagem em rack 19".
14	MONITOR 24" PARA USUÁRIO FINAL
14.1	Dimensões: Tela de 24 polegadas (proporção 16:9).
14.2	Tecnologia: Painel tipo IPS para maior ângulo de visão e fidelidade de cores.
14.3	Resolução: Full HD (1920 x 1080p).
14.4	Brilho e Contraste: Brilho mín. de 250 cd/m ² e contraste estático de 1000:1.
14.5	Desempenho: Tempo de resposta máximo de 5ms (GtG).
14.6	Tratamento de Imagem: Superfície antirreflexo e tratamento anti-ofuscamento (Haze 25% ou superior).
14.7	Conectividade: Entradas digitais HDMI e DisplayPort (versão atualizada).
14.8	Ergonomia Profissional: Base com ajuste de altura, inclinação, rotação (Pivot) e giro lateral.

14.9	Montagem VESA: Compatibilidade com furação padrão VESA 100 x 100 mm.
15	MONITOR DE ÁUDIO PARA CABINE TÉCNICA
15.1	Tipo: Monitor de referência ativo de 2 vias ou sistema full-range de alta fidelidade.
15.2	Transdutor: Driver de graves/médios com diâmetro mínimo de 3,0 a 4 polegadas.
15.3	Potência: Saída mínima de 20W RMS com amplificação classe D ou AB integrada.
15.4	Resposta: Frequência mínima abrangendo a faixa de 77 Hz a 20.000 Hz (-10dB).
15.5	Controles: Controle de volume e ajustes de compensação acústica (Tone/Desktop) no chassi.
15.6	Entradas: Mínimo de uma entrada balanceada (XLR ou TRS Combo) profissional.
15.7	Energia: Fonte interna com bivolt automático (100V-240V).
15.8	Construção: Gabinete robusto (metal ou polímero) com proteção para o driver.
16	MONITOR PROFISSIONAL 55"
16.1	Dimensões: Monitor profissional de 55 polegadas.
16.2	Tecnologia de Pannel: Pannel profissional obrigatoriamente do tipo IPS (ou ADS).
16.3	Resolução: Ultra HD 4K (3.840 x 2.160p).
16.4	Brilho: Mínimo de 400 cd/m2 para alta visibilidade.
16.5	Operação: Regime de funcionamento profissional mínimo de 16/7 (16 horas por dia).
16.6	Tratamento de Tela: Superfície antirreflexo (Haze mín. 25%) para evitar ofuscamento.
16.7	Vida Útil: Pannel com durabilidade mínima de 30.000 horas de uso.
16.8	Controle e Automação: Entradas HDMI e portas de controle RS232C e RJ45 (IP Control).
16.9	Áudio: Sistema de som integrado com potência mínima de 10w RMS
16.10	Suporte de Retorno: Pedestal móvel com rodízios traváveis e ajuste de inclinação para uso no chão.
17	MONITOR PROFISSIONAL 75"
17.1	Dimensões: Monitor profissional de 75 polegadas.
17.2	Tecnologia de Pannel: Pannel profissional obrigatoriamente do tipo IPS (ou ADS).
17.3	Resolução: Ultra HD 4K (3840 x 2160).
17.4	Brilho: Mínimo de 320 cd/m2 para visibilidade profissional.
17.5	Operação: Regime de funcionamento profissional mínimo de 16/7 (16 horas por dia).
17.6	Contraste: Taxa de contraste estático mínima de 1200:1.
17.7	Vida Útil: Pannel com durabilidade mínima de 30.000 horas de uso.
17.8	Conectividade: Entradas HDMI, RS232C, RJ45 e USB para gestão e automação.
17.9	Áudio: Alto-falantes integrados com potência mínima de 20W (2 x 10W).
17.10	Suporte de Apoio: Fornecimento de suporte móvel tipo Pedestal com rodas para carga pesada.
18	NOTEBOOK PARA APRESENTAÇÃO DE CONTEÚDO
18.1	Processador: Mínimo Intel Core i5 de 13ª geração (Série H ou superior).

18.2	Gráficos: Placa de vídeo integrada Intel UHD Graphics ou superior.
18.3	Memória: Mínimo 16 GB DDR4 com velocidade de 3200 MT/s.
18.4	Armazenamento: Mínimo 512 GB SSD M.2 PCIe NVMe Gen4.
18.5	Conectividade Sem Fio: Compatível com padrão Wi-Fi 6 (802.11ax).
18.6	Sistema Operacional: Windows 11 Pro original pré-instalado.
18.7	Tela: Tamanho de 14 polegadas com resolução Full HD (1920 x 1080).
18.8	Bluetooth: Versão 5.0 ou superior integrada.
19	PASSADOR DE SLIDES
19.1	Sensores de Movimento: Controle de cursor através de gestos no ar.
19.2	Conectividade: Interface de comunicação sem fio dupla.
19.3	Alcance Operacional: Distância mínima de transmissão em área livre.
19.4	Feedback Visual: Indicadores de status de sinal e energia.
19.5	Compatibilidade: Sistemas operacionais suportados nativamente.
19.6	Alimentação: Tipo de fonte de energia para operação.
19.7	Funções Adicionais: Recursos de destaque e foco em tela.
20	PROCESSADOR DE ÁUDIO E AUTOMAÇÃO DIGITAL
20.1	E/S Analógicas: Mínimo de 08 entradas e 08 saídas Mic/Line balanceadas.
20.2	AEC (Cancelamento de Eco): Processamento dedicado em no mínimo 08 canais.
20.3	Interface USB: Conexão USB para computador, BYOD.
20.4	Lógica GPIO: Mínimo de 16 portas de GPIO configuráveis no chassi.
20.5	Rede Dante: Suporte nativo ao protocolo Dante (mínimo 8x8 canais).
20.6	Processamento Interno: Resolução de 32-bit ponto flutuante, 48kHz.
20.7	Chassi: Arquitetura fixa, 1U de rack, sem uso de módulos expansores.
20.8	Gestão de Rede: Mínimo de 02 portas LAN independentes (Controle/Audio).
20.9	Possuir funções configuráveis e selecionáveis por software, tais como: mixers, combinadores, matrizes, equalizadores, filtros, crossovers, roteadores, delays, controles, medidores, geradores etc.;
20.10	Capacidade de controle de dispositivos externos através de interface Serial e TCP/IP
20.11	Deve permitir a criação de interfaces gráficas de operação e configuração do sistema;
20.12	O processador deverá ter capacidade suficiente para processar todas as fontes de áudio necessárias para perfeito funcionamento dos ambientes bem como microfones, sonofletores e amplificadores;
21	PROJETOR DE CINEMA COM LENTE DE LONGA DISTÂNCIA
21.1	Tecnologia de Projeção: (3LCD) para fidelidade de cores.
21.2	Brilho: Mínimo de 13.000 lúmens nos termos da ABNT NBR ISO/IEC 21118:2025, o mesmo se aplica para o brilho em cores.

21.3	Fonte de Luz: Laser de Diodo (Estado Sólido) com vida útil de 20.000 horas em modo normal ou alto brilho
21.4	Throw Ratio: Lente intercambiável inclusa com razão entre 1.19 e 1.62. Com zoom óptico de no mínimo 1,4x.
21.5	Projektor deve possuir recurso de correção trapezoidal (keystone) horizontal e vertical e recursos avançados de correção geométrica para superfícies curvas e irregulares.
21.6	Conexões: Mínimo de 2 entradas digitais de alta definição (HDMI, DisplayPort ou DVI).
21.7	Brilho Nominal: Mínimo de 13.000 lúmens (ISO 21118) ou ANSI.
21.8	Resolução Nativa: WUXGA (1920x1200) com suporte a sinais de entrada 4K.
21.9	Aspecto: Compatível com relação de aspecto 16:9 ou 16:10.
21.10	Correção de Keystone: Ajuste Vertical de +/-30 graus e Horizontal de +/-30 graus.
21.11	Razão de Contraste: Mínimo de 2.500.000:1.
21.12	Instalação Flexível: Suporte a montagem 360 graus.
21.13	Controle e Automação: Portas físicas LAN (RJ45) e Serial RS-232C (DB9 ou Euroblock).
22	PROJETOR DE MÉDIO ALCANCE
22.1	Tecnologia de Projeção: (3LCD) para fidelidade de cores.
22.2	Fonte de Luz: Laser de Diodo com vida útil mínima de 20.000 horas.
22.3	Brilho: Mínimo de 4.500 lúmens ISO 21118).
22.4	Resolução Nativa: WXGA (mínimo 1280 x 800) ou superior.
22.5	Razão de Alcance: Throw Ratio englobando a faixa de 1.09 a 2.27.
22.6	Correção de Imagem: Keystone Vertical e Horizontal de no mínimo +/- 30 graus.
22.7	Conectividade: Entradas HDMI, USB, RJ45 e porta de controle RS-232.
22.8	Contraste: Razão de contraste dinâmica de no mínimo 2.500.000:1.
22.9	Acessório Obrigatório: Fornecimento de pequeno Rack Multimídia móvel com rodízios, deve caber o projetor e ter uma chave simples para segurança.
23	RACK DE EQUIPAMENTOS
23.1	Capacidade Interna: Altura útil de 20U (Unidades de Rack).
23.2	Porta Frontal: Estrutura com visor em acrílico fumê e fechadura escamoteável.
23.3	Porta Traseira: Fabricada em aço com fechadura cilíndrica de segurança.
23.4	Laterais: Painéis removíveis com aletas de ventilação e fecho rápido.
23.5	Teto: Preparação para exaustão e passagens de cabos protegidas.
23.6	Base: Pés niveladores reforçados para ajuste de piso.
23.7	Acessórios de Gestão: Inclusão de bandejas para acomodação de periféricos.
23.8	Ventilação Ativa: Kit com 04 exaustores/ventiladores instalados no teto.
23.9	Material: Construção em chapa de aço reforçado SAE 1020.
23.10	Produto original, novo de primeiro uso e em linha de produção.

24	INTERFACE COMUTADORA DE VÍDEO.
24.1	Entradas de Vídeo: Mínimo de 06 entradas (3G-SDI / HDMI).
24.2	Saída de Programa: Conexão principal em 3G-SDI e/ou HDMI.
24.3	Multiview: Saída dedicada para visualização de múltiplas fontes.
24.4	Saída Auxiliar: Saída independente para envio de sinal distinto.
24.5	Processamento: Suporte nativo a sinais 1080p60 em todas as entradas e saídas.
24.6	Função Webcam: Saída USB-C para streaming e webconferência (1080p).
24.7	Áudio Analógico: Entradas estéreo para áudio externo (XLR/RCA/P10).
24.8	Interface Física: Botões retroiluminados e T-Bar (deslizador manual).
24.9	Controle: Porta RJ-45 para controle via rede IP.
24.10	Alimentação: Suporte a 110/240 VAC ou entrada 12V externa.
25	SWITCH DE REDE ETHERNET
25.1	Portas RJ45: Mínimo de 24 portas 10/100/1000 Mbps com suporte a PoE+.
25.2	Portas de Uplink: Mínimo de 02 portas SFP para fibra óptica.
25.3	Budget PoE: Capacidade total de fornecimento de no mínimo 300 Watts.
25.4	Performance: Capacidade de comutação (Switching Capacity) mínima de 56 Gbps.
25.5	Gestão Multicast: Suporte obrigatório a IGMP Snooping (v1/v2/v3).
25.6	Suporte a QoS/WMM.
25.7	O switch deve permitir a desativação total da função IEEE 802.3az (Energy Efficient Ethernet / Green Ethernet) em todas as portas de comunicação
25.8	Gerenciamento: Interface Web, CLI (Console/Telnet/SSH) e suporte a SNMP.
25.9	Montagem: Formato padrão para rack de 19 polegadas (1U).
25.10	Suporte a VLAN (802.1Q)
25.11	Gerenciável Layer 3
26	TELA DE PROJEÇÃO 95"
26.1	Mecanismo: Tela retrátil motorizada com sistema de tensionamento.
26.2	Superfície: Material Matte White (Branco Fosco) com ganho de 1.0 a 1.1.
26.3	Proporção: Formato nativo 16:10 (WUXGA).
26.4	Dimensões: Tamanho diagonal nominal de 95" polegadas.
26.5	Ajuste de Enquadramento: Borda superior (Black Drop) ajustável.
26.6	Acionamento: Controle remoto (RF/IR) e entrada para sensor de corrente (Trigger).
26.7	Motorização: Motor tubular interno compatível com 110V ou 220V.
26.8	Integração: Moldura inclusa para acabamento de embutir no gesso/teto.
27	INSTALAÇÃO DE TELA DE PROJEÇÃO 343"

27.1	Instalação física e configuração de tela de projeção motorizada de 343" já em posse do Museu do Ipiranga, modelo Projetelas 343EWAM-1.2 (ou equivalente técnico em dimensões e ganho).
27.2	Posicionamento Estratégico: A tela deve ser centralizada ao eixo do palco. A fixação deve garantir vãos livres nas laterais para circulação de pessoas (acesso ao backstage) sem obstrução pelo tecido ou estrutura da tela quando aberta.
27.3	Controle Físico: Implementação de acionamento manual (botoeira/switch) localizado no rack da cabine técnica, independente do sistema de automação, para casos de emergência ou manutenção.
27.4	Integração Logística: Programação e integração total com o sistema de automação do ambiente. O acionamento (Subir/Descer/Parar) deve ser funcional via interface Touchscreen (Q-SYS/Tablet), garantindo sincronismo com os demais presets de cena do Museu.
27.5	Infraestrutura e Segurança: Fornecimento de toda a logística necessária: equipe técnica especializada, ferramentas, insumos de fixação (parafusos, buchas químicas se necessário), além de locação de plataforma elevatória (PTA) devidamente operada conforme normas de segurança (NR-18/NR-35).
27.6	Acabamento e Teste: Nivelamento milimétrico da estrutura para evitar rugas no tecido e ajuste dos fins de curso (limite de subida e descida) para alinhamento perfeito com a área útil de projeção.
27.7	O posicionamento final deverá ser aprovado pela CONTRATANTE.
27.8	Ao realizar o serviço de instalação da tela de projeção a CONTRATADA deverá ter o máximo de zelo possível para não danificar o palco e estrutura histórica do Museu do Ipiranga.
28	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO
28.1	O serviço de instalação e configuração da solução demandará quantidade de serviços de infraestrutura, configuração e programação, conforme planilha de distribuição de equipamentos e descritivo técnico, onde contemplam sistemas de sonorização, vídeo, áudio, conferências etc.
28.2	Todos os tipos de cabos, conectores e acessórios de instalação dos equipamentos previstos neste projeto, devem ser fornecidos para a perfeita integração e funcionamento do sistema;
28.3	Os materiais empregados devem ser de boa qualidade, obedecendo quando pertinente às respectivas Normas ABNT.
28.4	Todo o cabeamento deverá permanecer dentro das eletrocalhas e canaletas que serão instaladas no item 30-INFRAESTRUTURA SECA E TOMADAS. Não serão permitidas emendas nos cabos. Os mesmos deverão ser instalados em lances únicos entre os pontos de origem e destino.
28.5	Caberá à contratada entregar os sistemas e equipamentos alvo deste Termo de Referência, totalmente instalados, conectados e interligados, configurados e operacionais em todas as funcionalidades previstas no projeto.
28.6	Toda a programação do sistema deve ser efetuada pela contratada de acordo com as necessidades do contratante.

28.7	A contratada deverá oferecer garantia por 12 meses para todo o sistema com atendimento on-site para resolução de problemas de funcionamento do sistema ou reposição do equipamento com defeito sem resolução. Conforme SLA e item descrito no ITEM 8.2.11 - GARANTIA.
28.8	A Contratada deverá ministrar um treinamento sobre a solução implantada, o treinamento pode durar até 8 horas-aula dividido em duas aulas de quatro horas;
28.9	O treinamento deve ser ministrado em ambiente apropriado nas dependências da contratante;
28.10	Em cada período de aula deve haver um intervalo de 15 minutos;
28.11	O treinamento tem por objetivo capacitar um ou mais técnicos, até 10 (dez) pessoas, para operar e dar assistência de primeiro escalão aos sistemas e executar configurações básicas;
29	SISTEMA DE ILUMINAÇÃO
29.1	O sistema deve conter 01-Vara de Iluminação fixa, medindo 12 metros de comprimento, fabricada em perfil metálico retangular de 100 x 60mm, com 24 tomadas tripolares de embutir para circuitos não dimerizáveis de 20A distribuídas em 12 circuitos, 4 conectores DMX de painel sendo 2 de 3 pinos e 2 de 5 pinos, caixa de borne de conexão tipo SAK 2,5mm locada em uma das extremidades da vara. Sistema de fixação através de pendurais metálicos para fixação em estrutura existente
29.2	O sistema deve conter 10 Refletor PAR LED, TIPO Slim, compatível também para instalações outdoor, sistema de cores RGBWA+UV, com 18 leds de 18W cada, angulo da lente em 25°, controle via DMX/Auto/Slave, corpo em alumínio, display digital com botões para endereçamento do equipamento, pintura eletrostática preto fosco, proteção IP:65, 10 canais DMX, alimentação Bi-volt – 50/60Hz.
29.3	O sistema deve conter 06 Refletor PAR LED, TIPO Slim, compatível também para instalações outdoor, sistema de cores RGBWA+UV, com 06 leds de 18W cada, angulo da lente em 25°, controle via DMX/Wi-Fi, corpo em alumínio, pintura eletrostática preto fosco, proteção IP:65, alimentação por Bateria. Duração da bateria de pelo menos 4 horas.
29.4	O sistema deve conter 14 Refletor RIBALTA LED, TIPO Linear, comprimento aproximado de 1 metro cada, compatível também para instalações outdoor, sistema de cores RGB, com 18 leds de 3W cada, corpo em alumínio, pintura eletrostática preto fosco, proteção IP:65, alimentação Bi-volt – 50/60Hz.

29.5	O sistema deverá conter 01 - Mesa de controle de iluminação com 80 canais, 20 faders de canal/reprodução com indicação de cor, 1 (uma) porta DMX/RDM, 1 (uma) porta USB, 2 GB de armazenamento interno para arquivos de show, um botão home e cinco botões programáveis, quatro faders de função configuráveis, tela sensível ao toque colorida multitoque de 7", lista com 999 cues, 10 páginas de 20 reproduções, playback Toy para execução filtrada e temporizada de reproduções, vários modos bump (Flash, Solo, Solo Change, Move/Go), reprodução com histórico completo, sistema de ajuda integrado, ampla biblioteca para controle de luzes móveis, tipo de entrada de áudio: 3,5 mm (1/8") TRS, estéreo, não balanceada, entrada de linha -10 dBV (316 mV RMS), entrada Impedância: 29k ohms, Tipo de saída de áudio: 3,5 mm (1/8") TRS, estéreo, não balanceada, saída de linha 10 dBV (316 mV RMS) a 10k ohms "Nível de Linha", impedância de carga: 10k – 200k ohms, formatos de arquivo de mídia suportados: áudio: arquivos mp3, aac e wav (taxa de amostragem de 44,1 kHz, tamanho máximo do arquivo de 4 GB), imagem: arquivos jpg, png, tiff e bmp (resolução máxima de 1280 x 720).
29.6	O sistema deverá conter 01-Módulo de disjuntores tipo Pró Power, padrão 19", 3 unidades de altura, entrada de energia tipo borne (Sindal), 4000 Watts por canal, 12 disjuntores 25A para proteção individual por canal, 3 disjuntores 70A protegendo 04 canais cada, 24 Tomadas 2P+T 10 Amperes (duas tomadas por canal), alimentação bifásica 220V e trifásicas 220V e 380V, entrada de energia para a ligação trifásica com conector do tipo BORNE (Sindal) sendo 03 para ligar as Fases, 03 para ligar os Neutros e 01 para o Terra.
29.7	O sistema deverá conter 01 - Splitter DMX construído em chapa de aço-carbono com 1,5MM de espessura, padrão 19", 2 unidades de altura, alimentação em 220 Volts, 2 Entradas XLR, 8 Saídas Isoladas XLR, 2 Saídas LINK, - 1,5 metros cabo PP injetado 3x0,75+ Plug 10ª, led Indicador de energia, led indicador de sinal DMX, chave on/off, fusível 10A para proteção, acabamento em pintura epóxi eletroestática cor preto.
29.8	O sistema deverá conter 01 - Conjunto de cabos tipo link, fabricados em cabo tipo belden 110 ohms, com conectores XLR macho e fêmea 5 pinos nas extremidades, marca Neutrik ou Amphenol, sendo 1 para ligação a partir da vara de iluminação até a mesa de controle e outros 2 de 3 pinos com 50cm de comprimento para conexão ao Splitter
29.9	O sistema deverá conter 01 - Rack de parede, padrão 19", 12 unidades x 470mm, estrutura soldada e confeccionada em chapa de aço SAE 1020, porta frontal removível, com visor em acrílico e fechadura cilíndrica com chave, laterais removíveis com fecho rápido, laterais com aletas de ventilação, base com passagem de cabos para melhor organização da infraestrutura, teto com abertura para ventilação forçada e passagem de cabos, 4 planos de fixação frontais com regulagem de profundidade, tratamento de superfície com pintura epóxi em pó na cor preto.
29.10	O sistema deverá considerar a mão de obra de instalação, compreendendo execução de infraestrutura elétrica seca, passagem e organização de cabos, montagem e ligação de quadros de alimentação, dimmers e pro powers, incluindo mobilização de equipe técnica, transporte/frete de materiais e demais serviços necessários para a completa instalação e funcionamento do sistema.
30	INFRAESTRUTURA SECA E TOMADAS
30.1	Fornecimento e instalação de novo quadro elétrico dedicado na sala técnica, incluindo conexão com o quadro principal do palco e dispositivos de proteção (disjuntores/DPS).

30.2	Instalação de eletrocalhas, eletrodutos e caixas de passagem aparentes, garantindo a separação física entre cabos de energia e cabos de sinal (dados/áudio) para evitar EMI.
30.3	Acabamento: Pintura eletrostática em toda a infraestrutura aparente na cor Cappuccino, conforme padrão arquitetônico do Museu do Ipiranga.
30.4	Implementação de tomadas padrão ABNT (NBR 14136), devidamente identificadas e aterradas.
30.5	Apresentação da identificação completa da infraestrutura no Projeto Executivo detalhado, incluindo a codificação lógica de cabos, caminhos, pontos de rede e conexões de vídeo.
30.6	Fornecimento de documentação 'As-built' (como construído) detalhada, com a devida identificação física (etiquetagem e anilhamento) de toda a rede instalada, garantindo a correspondência exata entre os diagramas e os pontos físicos.

SUBANEXO III – PLANILHA PARA A PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	Preço Unitário	Preço total
1	ACCESS POINT PARA SISTEMA AV	2	R\$ -	R\$ -
2	AMPLIFICADOR DE ÁUDIO DIGITAL MULTICANAL	1	R\$ -	R\$ -
3	CAIXA DE SOM COLUNA	4	R\$ -	R\$ -
4	CAMERA PTZ NDI	5	R\$ -	R\$ -
5	CONTROLADOR JOYSTICK PARA CAMERA PTZ	1	R\$ -	R\$ -
6	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA GESTÃO DE CONTEÚDOS	2	R\$ -	R\$ -
7	FONE DE OUVIDO PROFISSIONAL PARA OPERADOR	2	R\$ -	R\$ -
8	INTERFACE CENTRALIZADORA DE ÁUDIO ANALÓGICA	2	R\$ -	R\$ -
9	INTERFACE DE CONTROLE TOUCHSCREEN SEM FIO	1	R\$ -	R\$ -
10	MATRIZ HDMI 8X8	1	R\$ -	R\$ -
11	SISTEMA DE MICROFONE BASTÃO SEM FIO UHF	1	R\$ -	R\$ -
12	SISTEMA DE MICROFONE HEADSET SEM FIO	1	R\$ -	R\$ -
13	MIXER DIGITAL DE ÁUDIO 20 CANAIS	1	R\$ -	R\$ -
14	MONITOR 24" PARA USUÁRIO FINAL	4	R\$ -	R\$ -
15	MONITOR DE ÁUDIO PARA CABINE TÉCNICA	2	R\$ -	R\$ -
16	MONITOR PROFISSIONAL 55"	1	R\$ -	R\$ -
17	MONITOR PROFISSIONAL 75"	2	R\$ -	R\$ -
18	NOTEBOOK PARA APRESENTAÇÃO DE CONTEÚDO	2	R\$ -	R\$ -
19	PASSADOR DE SLIDES	2	R\$ -	R\$ -
20	PROCESSADOR DE ÁUDIO E AUTOMAÇÃO DIGITAL	1	R\$ -	R\$ -
21	PROJETOR DE CINEMA COM LENTE DE LONGA DISTÂNCIA	1	R\$ -	R\$ -
22	PROJETOR DE MÉDIO ALCANCE	1	R\$ -	R\$ -
23	RACK DE EQUIPAMENTOS	1	R\$ -	R\$ -
24	INTERFACE COMUTADORA DE VÍDEO	1	R\$ -	R\$ -
25	SWITCH DE REDE ETHERNET	1	R\$ -	R\$ -
26	TELA DE PROJEÇÃO 95"	1	R\$ -	R\$ -
27	INSTALAÇÃO DE TELA DE PROJEÇÃO 343"	1	R\$ -	R\$ -
28	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	1	R\$ -	R\$ -
29	SISTEMA DE ILUMINAÇÃO	1	R\$ -	R\$ -
30	INFRAESTRUTURA SECA E TOMADAS	1	R\$ -	R\$ -
TOTAL				R\$ -

Elaine Brito
Gestão de infraestrutura
Museu Paulista da USP

Alcimar Ambrósio
Gestão de infraestrutura
Museu Paulista da USP



USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código Y4R1-HRW9-5F6C-D8TE no seguinte link: <https://portalservicos.usp.br/iddigital/Y4R1-HRW9-5F6C-D8TE>

Elaine Silva de Brito

Nº USP: 7736960

Data: 19/05/2026 14:18

Perfil assinante:: Chefe de Serviço

Thiago de Freitas Toniolo

Nº USP: 7159365

Data: 18/05/2026 11:55

Perfil assinante:: Pregoeiro

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Atenção! A proposta a ser encaminhada pelo Fornecedor deverá conter todas as informações presentes neste modelo de proposta, ser apresentada em papel timbrado da empresa e vir acompanhada das declarações, documentos técnicos, Planilha de Preços e demais especificações, conforme detalhado nos itens 2. e 5. do subanexo I e no subanexo III do Termo de Referência (Anexo I).

Ao Museu Paulista da Universidade de São Paulo,

1. OBJETO

Fornecimento e instalação de solução integrada de áudio, vídeo, rede, iluminação cênica e infraestrutura aparente de elétrica e dados para reforma conceitual e tecnológica do auditório do Museu Paulista conforme especificações, condições e exigências do Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico nº 12/2026.

2. DOS PREÇOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Fornecimento e instalação de solução integrada de áudio, vídeo, rede, iluminação cênica e infraestrutura aparente de elétrica e dados para reforma conceitual e tecnológica do auditório do Museu Paulista. A solução integrada deverá atender a todas as especificações técnicas, ao cronograma físico-financeiro e demais informações detalhadas nos subanexos I, II e III deste Termo de Referência.	unidade	01		

VALOR TOTAL: R\$ _____ (escrever por extenso)

Nos valores acima deverão estar inclusos, todas e quaisquer despesas de responsabilidade do proponente (materiais, mão-de-obra, frete, equipamentos, veículos, espécies, impostos, gastos com pessoal, etc.), que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento do objeto contratado.

3. LOCAL DE EXECUÇÃO

O serviço será executado no seguinte endereço:

- Auditório do Museu do Ipiranga, Rua dos Patriotas, nº 100, bairro do Ipiranga, São Paulo, SP, CEP 04207-030.**

4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

PRAZO DE PAGAMENTO	28 (vinte e oito) dias
PRAZO VALIDADE DA PROPOSTA	60 (sessenta) dias
PRAZO DE ENTREGA	155 (cento e cinquenta e cinco) dias corridos
PRAZO DE GARANTIA	12 (doze) meses

5. DADOS DA PROPONENTE

Razão social	
CNPJ	
Endereço completo	
Endereço eletrônico (e-mail)	
Telefone	
Dados bancários para pagamento	Banco do Brasil (001), agência XXX-X, conta XX.XXX-X
Responsável pela proposta (Nome completo)	
Cargo do responsável pela proposta	
Telefone do responsável pela proposta	

..... de de
(Local) (Data)

(Assinatura)

Nome e Cargo do Representante Legal



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ANEXO III – MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Prestação de Serviços SEM dedicação exclusiva de mão de obra

Licitação (Pregão)

Processo SEI nº 154.00007410/2026-93

Contrato nº [NN/ANO]-[SIGLA DA UNIDADE]

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DO MUSEU PAULISTA E A EMPRESA [NOME DA EMPRESA] OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE AUDIOVISUAL PARA O AUDITÓRIO DO MUSEU PAULISTA.

Ao(s) DD dia(s) do mês de MMM do ano de AAAA, a UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, por intermédio do Museu Paulista, inscrito no C.N.P.J. sob nº 63.025.530/0032-00, localizado na rua dos Patriotas, nº 100 – Ipiranga – São Paulo – CEP 04207-030, neste ato representada por seu Diretor, Prof. Dr. Paulo César Garcez Marins, por delegação de competência, nos termos da Portaria GR nº 8321/2024 e alterações posteriores, na Universidade de São Paulo, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa [NOME DA EMPRESA], CNPJ nº [CNPJ nº], sediada à [endereço completo], representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e em observância às disposições do artigo 75, caput, inciso II, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024, demais legislações aplicáveis e normativas referidas no presente contrato, vigentes no âmbito da Universidade de São Paulo, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **serviço de solução integrada de audiovisual para o auditório do museu paulista**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

I T E M	ESPECIFICAÇÃO	CAT- SER	UNIDA- DE DE MEDIDA	QUAN- TIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Fornecimento e instalação de solução integrada de áudio, vídeo, rede, iluminação cênica e infraestrutura aparente de elétrica e dados para reforma conceitual e tecnológica do auditório do Museu Paulista. A solução integrada deverá atender a todas as especificações técnicas, ao cronograma físico-financeiro e demais informações detalhadas nos subanexos I, II e III deste Termo de Referência.	13757	unidade	01		

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3.1. Edital da Licitação - **PREGÃO nº 12/2026 – MP.**
- 1.3.2. Termo de Referência.
- 1.3.3. Proposta Comercial datada de **[NN/NN/NNNN]**.
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de **180 (cento e oitenta) dias contados da data de assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do **CONTRATADO**, previstas neste instrumento.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. O valor total da contratação, apurado de acordo com as quantidades e preços indicados na **CLÁUSULA PRIMEIRA** é de **R\$..... (.....)**.

- 5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. Os pagamentos devidos ao **CONTRATADO** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.
- 5.4. Caso o **CONTRATADO** seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

- 6.1. O prazo para pagamento ao **CONTRATADO** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, observadas as disposições da [Portaria GR nº 8249/2023](#).

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **11/05/2026**.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do **CONTRATADO**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice **IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- 7.2.1. Ocorrendo o disposto acima, o(s) valor(es) pertinentes, serão reajustados de acordo com a fórmula a seguir:

$$R = P_o \cdot [(IPC / IPC_o) - 1]$$

Onde:

R = parcela de reajuste.

P_o = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços, ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste.

IPC / IPC_o = variação do **IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor**, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 8.1.3. Notificar o **CONTRATADO**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO**, designando o(s) responsável(is) pelo acompanhamento da execução contratual e, ainda, pelos contatos com o **CONTRATADO**.
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao **CONTRATADO** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.1.7. Aplicar ao **CONTRATADO** as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo **de 20 (vinte)** dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo **CONTRATADO** no prazo máximo de **20 (vinte)** dias, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O **CONTRATADO** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do **CONTRATADO** poderá ser recusada pelo **CONTRATANTE**, desde que devidamente justificada, devendo ser designado outro para o exercício da atividade.

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 9.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 9.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**.
- 9.1.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.1.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.1.9. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 9.1.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.1.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina, quando aplicável.
- 9.1.12. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere, quando aplicável.
- 9.1.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, quando aplicável.
- 9.1.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 9.1.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#)).
- 9.1.16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#)).
- 9.1.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 9.1.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 9.1.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.
- 9.1.20. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica durante todo o período de **garantia de 12 (doze) meses**, nos termos do item 8.12.11 do subanexo I do Termo de Referência.
- 9.1.21. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, de agente público que desempenhe(ou) função na contratação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

- 11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

- 12.1. Observadas as disposições da [Resolução USP nº 8548/2023](#), que integra este Contrato, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>, comete infração administrativa o **CONTRATADO** que praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), em especial:



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato.
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) dar causa à inexecução total do contrato.
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. O **CONTRATADO** que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal e da extinção do instrumento contratual, resguardado o direito à ampla defesa, às seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- ii. **Multas**, aplicadas e calculadas nos termos da [Resolução USP nº 8548/2023](#).
- iii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.2.1. A aplicação das multas será de acordo com o estabelecido na [Resolução USP nº 8548/2023](#):



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- a) A multa cominatória, que tem por finalidade compelir o **CONTRATADO** ao cumprimento de obrigação acessória descumprida, é aplicável quando a infração contratual prejudicar a execução da obrigação principal.
- a.1) A multa cominatória corresponderá a 2% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure o descumprimento:
- I. até o 30º (trigésimo) dia – 0,1% (um décimo por cento) ao dia.
 - II. a partir do 31 (trigésimo primeiro) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.
- a.2) A multa cominatória será calculada com base no valor contratado dos bens fornecidos ou serviços prestados/realizados no período de medição em que se verificou a infração, e não poderá exceder a 30% desse valor.
- b) A multa moratória é aplicável quando o **CONTRATADO**, sem motivo justificado previamente, der causa ao descumprimento do prazo de entrega ou execução.
- b.1) A multa moratória, calculada sobre o valor da obrigação cumprida em atraso, será de 2,0% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure a mora:
- I. Até o 30º (trigésimo) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.
 - II. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia – 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia.
- b.2) A multa moratória não excederá a 30% (trinta por cento) da obrigação cumprida em atraso e a sua aplicação não impedirá que a Administração a converta em multa por inexecução e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na [Resolução USP nº 8548/2023](#).
- c) A multa por inexecução total ou parcial do contrato, no importe de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação não cumprida, será aplicada quando for imputável ao **CONTRATADO** a responsabilidade pela



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

inexecução do contrato nas condições pactuadas e não houver interesse no recebimento da obrigação em mora.

- 12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis (art. 26, alínea “b” – [Resolução USP nº 8548/2023](#)), a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - as peculiaridades do caso concreto.
 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
 - os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

- 12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 12.8. A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).
- 12.10. As multas devidas pelo **CONTRATADO** poderão ser compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ainda quando resultantes da execução de outro contrato, e/ou descontadas da garantia do respectivo contrato ou, quando for o caso, a Administração efetuará a cobrança judicialmente (art. 11 – [Resolução USP nº 8548/2023](#)).
- 12.11. As multas e demais débitos não pagos pelo **CONTRATADO** são passíveis de registro no **CADIN** Estadual, mediante prévio procedimento administrativo, observado o contraditório e a ampla defesa, em consonância com o disposto na [Portaria GR nº 6723/2016](#).
- 12.12. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade nos seguintes sistemas:



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 12.12.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).
- 12.12.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).
- 12.12.3. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções - (<http://www.esancoes.sp.gov.br>).
- 12.12.4. Sistema Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

- 13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a **CONTRATANTE** providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
 - 13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**:
 - a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - b) poderá a **CONTRATANTE** optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), assegurados o contraditório e a ampla defesa.
 - 13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).
 - 13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Relatório dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

13.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado de São Paulo deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 16.2. O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão jurídico do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

- 17.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial do órgão na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO ([art. 92, §1º](#))

- 18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo em uma das varas da Fazenda Pública, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Representante legal do **CONTRATANTE**

Representante legal do **CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

1-

2-

**ANEXO IV – ORIENTAÇÕES SOBRE A RETENÇÃO DE
IMPOSTO DE RENDA**

Em razão da publicação da IN RFB nº 2.145/2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, a Universidade de São Paulo, na condição de Autarquia Especial do Governo do Estado de São Paulo, deverá realizar a retenção na fonte do valor correspondente ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente sobre rendimentos pagos às pessoas jurídicas contratadas para fornecimento de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, observadas as disposições da Lei nº 9.430/1996, do Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda) e da Portaria Conjunta CGE/CAF nº 01/2023.

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023

Por decorrência, será de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço destacar no documento fiscal a alíquota a ser descontada, observadas as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e a coluna “IR (02)” do Anexo I da mesma Instrução ou, quando amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero, destacar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.

ANEXO V – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

(redação dada pela Resolução nº 11/2021)

CONTRATANTE:

CONTRATADO:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

OBJETO:

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

1. Estamos **CIENTES** de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela **CONTRATANTE** e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por **NOTIFICADOS** para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 – MP

LOCAL e DATA:

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pela **CONTRATANTE**:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Pela **CONTRATADA**:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS:

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____



USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código YVMJ-EU11-7YYC-VHFK no seguinte link: <https://portalservicos.usp.br/iddigital/YVMJ-EU11-7YYC-VHFK>

Paulo César Garcez Marins

Nº USP: 1368830

Data: 19/05/2026 22:10

Perfil assinante:: Diretor